

GRUPO EXECUTIVO SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - GEx

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 29 de agosto de 2011; 14h.

Local: Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala CT 01 – Brasília/DF.

1. Pauta

1.1. Informes:

- Reunião sobre os planos setoriais com o FBMC;
- Proposta de elaboração do Plano Setorial de Recursos Hídricos e Mudanças Climáticas;

1.2 Discussão temática:

- Apresentação do Estudo sobre Cenários de Emissões de Gases de Efeito Estufa desenvolvido pela COPPETEC e discussão sobre trajetória e metas de emissões de GEE dos planos setoriais;

1.2. Outros assuntos:

- Alternativas para acompanhamento da implementação dos planos setoriais;
- Proposta de pauta para próxima reunião do CIM;
- Encaminhamentos: próxima reunião do GEx em 26/09/2011.

2. Discussões:

2.1 Informes

- Karen Suassuna (MMA) informou sobre a sugestão de participação de setores não governamentais na elaboração dos planos setoriais mediante a indicação de representantes pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. A intenção desta proposta seria garantir a transparência do processo de construção dos planos e dar visibilidade ao calendário de trabalho dos planos setoriais;
- Eduardo Assad (MMA) colocou a necessidade de elaboração de um plano setorial de recursos hídricos. Informou que estudos existentes no País apresentam uma ampla quantidade de dados que possibilitariam um esforço neste sentido e que, em diálogo com a Agência Nacional de Águas (ANA) sobre a possibilidade de construção do plano,, esta se mostrou disposta a fazê-lo.

2.2. Apresentações – Estudo sobre Cenários de Emissões de Gases de Efeito Estufa:

- O Sr. Emílio Lebre La Rovere, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresentou os resultados do “Estudo Comparativo entre Três Cenários de Emissão de Gases de Efeito Estufa no Brasil e uma Análise de Custo-Benefício”, contratado pelo MMA e desenvolvido pela Fundação COPPETEC, sob sua coordenação. No estudo, o cenário A representa a linha de base e exclui as ações de mitigação apresentadas no Decreto 7.390/2010. O cenário B é o cenário em que o País se compromete a adotar medidas de redução de emissões. E o cenário C apresenta medidas complementares às medidas tomadas no cenário. Todos os cenários foram simulados até o ano de 2030, com o objetivo de avaliar o impactos das ações para além de 2020, que é a referência das metas anunciadas pelo

governo federal;

- O professor informou que faria uma apresentação breve do estudo e que, caso fosse de interesse dos presentes, estaria à disposição para quaisquer esclarecimentos ou detalhamentos. Lembrou também que os Produtos elaborados no âmbito do contrato com o MMA – no total de cinco – estão disponíveis para consulta no Ministério.

- **Discussão:**

(a) Gustavo Mozer (MAPA) apontou ser importante que o estudo indique o custo de oportunidade de se adotar o cenário C em substituição ao Cenário B, uma vez que tal informação, a título de instrumento gerencial de políticas públicas, ajudaria o governo brasileiro a ter uma visão mais ampla sobre os seus esforços de mitigação de emissões. O professor Emílio La Rovere indicou que tal informação está disponível no estudo e acrescentou que a adoção de medidas de mitigação por países não-Anexo I pode ser objeto de pleito de compensações financeiras junto à Convenção;

(b) André Odenbreit (MRE) ponderou sobre a relação entre o Decreto e a quantificação das contribuições dos novos planos setoriais para o cumprimento das metas de redução de emissões brasileiras. Colocou ainda que a forma de cálculo mudou desde o estabelecimento dos compromissos internacionais, em 2009, durante a COP-15, até a sanção do Decreto 7.390/2010. Os compromissos assumidos pelo Brasil no campo internacional são apenas um subconjunto do que o Decreto 7.390/2010 estabeleceu no campo nacional. Sendo assim, questionou se a meta de redução estabelecida no Decreto estaria relacionada apenas aos planos setoriais de primeira geração (e.g. PPCDAM) ou se incluiria também os novos planos? Os planos novos contabilizam novas contas de carbono ou eles serviriam para cobrir o que, eventualmente, não tivesse sido atingido pelos planos de primeira geração no compromisso de redução de 36,1 a 38,9 % das emissões de GEE? Quais os impactos dessas diferenças nas contas de carbono para os cenários de negociação internacional e nacional?;

(c) Eduardo Assad (MMA) mencionou que, no seu entendimento, estas novas ações não contribuiriam para o alcance deste resultado, mas que colocariam o país em posição de destaque no âmbito da negociação internacional;

(d) Érico Feltrin (Casa Civil) colocou que o Decreto em questão se relaciona com a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e que esta dá maior flexibilidade setorial para o cumprimento do compromisso de redução de emissões.

2.3. Alternativas para acompanhamento da implementação dos planos setoriais

- O MMA apresentou minutas de Decreto e Instrução Normativa para tratar da instituição, acompanhamento e monitoramento dos planos setoriais, fazendo rápida leitura pontual dos documentos.

- **Discussão:**

(a) Foram sugeridas alterações pontuais nos arts. 2º, 5º, 6º, 7º e 8º da minuta de Decreto apresentada, a título de melhoria de redação e inclusão de conteúdos.

(b) Restou acordado que é preciso estabelecer processos claros para a apresentação, acompanhamento e monitoramento dos planos setoriais, e que as minutas propostas atendem às necessidades de seus coordenadores, dando maior transparência aos processos de elaboração e apresentação dos planos;

(c) André Odenbreit (MRE) sugeriu que seja utilizado e padronizado o uso do termo “Mudança do Clima”, em detrimento de “Mudanças Climáticas”, conforme já estabelecido na Política Nacional sobre Mudança do Clima. A solicitação foi acatada pelo grupo;

(d) Ficou estabelecido que o MMA realizaria a incorporação das sugestões apresentadas

pelos membro do GEx às minutas e, posteriormente, enviaria os documentos para a apreciação do CONJUR do Ministério.

3. Encaminhamentos:

3.1. Eduardo Assad informou sobre a solicitação do setor não governamental de participar das reuniões do GEx e da importância da participação desse setor no processo de elaboração dos planos setoriais. O grupo entendeu que o assunto deve ser levado à consideração do CIM (Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima);

3.2. A próxima reunião do GEx ficou marcada para o dia 26 de setembro, estando prevista na pauta, inicialmente, apresentação do MRE sobre as negociações internacionais no âmbito da UNFCCC (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima).

3.3. Marco Aurélio Pavarino (MDA) solicitou que seja apresentada uma síntese dos projetos aprovados para a linha de recursos não reembolsáveis do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

Eduardo Assad informou que 130 projetos foram submetidos às linhas de recursos não reembolsáveis do Fundo e que na próxima reunião de seu Comitê Gestor, marcada para 30/08, haveria apreciação dos projetos;

3.4. Foi informado que na próxima reunião do CIM, em 01/09, serão apresentados os calendários de trabalho dos Planos Setoriais, solicitando-se aos respectivos coordenadores o envio dos mesmos ao MMA.